



A felicidade em Aristóteles e a constituição do homem virtuoso na *pólis* grega

Happiness in Aristotle and the Formation of the Virtuous Man in the Greek Polis

Cláudio Pires Viana

Cristian Andrey Pinto Lima

Universidade Estadual de Goiás (UEG)/UnU Inhumas

Inhumas-GO, Brasil

Resumo

Fundamentado principalmente nas obras *Ética a Nicômaco* e *Política*, este texto tem o objetivo de discutir o conceito de felicidade (*eudaimonia*) em Aristóteles, apresentando a indissociabilidade entre a ética e a política no movimento de formação do homem virtuoso na *pólis* grega. De acordo com o filósofo, o que há de específico no homem é o seu modo de ser e de viver, exclusiva de um ente que é dotado de razão. Essa é a essência humana: um ser que pode viver, sentir, avaliar, discernir, escolher e agir em um contexto de convívio e comunhão com outros seres humanos e se relacionar de forma respeitosa e responsável com os demais seres da natureza. Esse é o caminhar do homem rumo à sua condição excelente e, nesse caminhar, consiste a felicidade. A ética e a política são justamente essa possibilidade de realização da excelência (*areté*) como fim (*télos*) último do homem.

Palavras-chave: Felicidade; Ética; Política.

Abstract

Grounded primarily in Aristotle's *Nicomachean Ethics* and *Politics*, this text examines the concept of happiness (*eudaimonia*) by emphasizing the inseparable relationship between ethics and politics in the formation of the virtuous human being within the Greek *polis*. For Aristotle, what is distinctive of the human being lies in a particular mode of being and living, unique to a rational creature. This constitutes the essence of humanity: a being capable of living, feeling, evaluating, discerning, choosing, and acting within a context of coexistence and communion with others, while engaging respectfully and responsibly with all forms of life in nature. Such a trajectory marks the human pursuit of excellence, in which happiness is realized. Ethics and politics therefore provide the conditions for the attainment of excellence (*areté*) as the ultimate *télos* of human life.

Keywords: Happiness; Ethics; Politics.

Introdução

O homem é um ser em busca de sua plenitude. Um ser inconcluso, repleto de desejos, necessidades e apetências. Considerando as dimensões objetivas e subjetivas, bem como a relação de tensão que as envolve em todo e qualquer contexto histórico, o ser humano sempre se caracterizou por sua condição de incompletude e pelo desejo de ser mais. Um sujeito que se põe em meio a um eterno conflito entre as suas necessidades, suas paixões, seus instintos e as possibilidades reais de satisfazê-los frente aos fatores morais e éticos determinados socialmente. Diante dessa condição, a história humana se confunde com a busca da felicidade e o desejo por compreendê-la.

O filósofo grego Aristóteles [384-322 a. C.] dedicou grande parte de sua obra para investigar essa problemática. Para ele, a essência das coisas naturais e do ser humano, incluindo a possibilidade de ser feliz, não pode ser compreendida como algo que esteja em um mundo das idealidades, mas no mundo da realidade. Encontra-se nas próprias coisas e no próprio homem. Com efeito, a *eudaimonia*, expressão grega traduzida para o português como *felicidade*, não é obra do acaso, das circunstâncias efêmeras, da predestinação divina ou uma exclusividade do mundo das ideias.

Numa tradução literal, o termo *eudaimonia* significa *boa divindade*. Embora reconheça algo de divino na felicidade, Aristóteles afirma que não se pode associá-la ao dado, ao acaso, a um tipo de concessão dos deuses ou qualquer outro fenômeno diferente e alheio à ação humana. Mesmo sendo “uma das posses humanas mais divinas que há [...]”, “confiar o sublime e o mais excelente ao acaso seria completamente absurdo” (Aristóteles, 2009, p. 31).

Na perspectiva da filosofia aristotélica, não há distinção entre o mundo real e o mundo ideal. O que existe é o todo, uma realidade una e indivisível, um mundo repleto de essência e aparência, sendo que a mudança é própria dos seres cuja essência é mudar e a permanência é própria dos seres cuja essência é imutável. Há possibilidade de transformação no que permanece (aparentemente) imutável, como também há o que permanece da essência daquilo que sempre muda. No caso do ser humano, é da sua natureza o fato de ser um animal essencialmente político (*zoon politikón*) (Aristóteles, 1998, p. 53), o que implica dizer que sua essência não se distancia do mundo concreto, o da vida na *pólis*.

Com esses fundamentos, a questão da felicidade (*eudaimonia*) perpassa toda a discussão sobre a ética e a política investigadas por Aristóteles, sendo, em última instância, o bem maior para qual toda ciência e toda ação tendem. Na busca de compreensão desse

problema, indaga sobre o que é a especificidade do humano, pois a definição da essência da felicidade está diretamente relacionada à descoberta dos fins (*télos*) específicos da condição do homem (*ánthropos*).

Para o filósofo, a distinção do homem em relação aos demais seres não pode ser simplesmente a sua condição de ser vivo, pois essa realidade também é compartilhada com os demais animais e os vegetais. Tampouco a especificidade humana poderá ser a vida sensitiva, uma vez que também essa característica é comum a todos os animais viventes. De acordo com Aristóteles, o que há de específico no homem é o seu modo de ser e de viver, exclusiva de um ente que é dotado de razão. Essa é a essência humana: um ser que pode viver, sentir, avaliar, discernir, escolher e agir em um contexto de convívio e comunhão com outros seres humanos e se relacionar de forma respeitosa e responsável com os demais seres da natureza. Esse é o caminhar do homem rumo à sua condição excelente e, nesse caminhar, consiste na felicidade. A ética e a política são justamente essa possibilidade de realização da excelência (*areté*) como fim (*télos*) último do homem.

Partindo desses pressupostos e fundamentados principalmente nas obras *Ética a Nicômaco* e *Política*, discutiremos a seguir o conceito de felicidade (*eudaimonia*) em Aristóteles, apresentando a indissociabilidade entre a ética e a política no movimento de formação do homem virtuoso na *pólis* grega.

A felicidade como *télos* da formação humana

Aristóteles apresenta os fundamentos filosóficos necessários para a compreensão da essência humana, das coisas do homem (*ánthropos*), a partir da finalidade a que se destinam. Em outras palavras, a finalidade das coisas define aquilo que a coisa é (o bem). É a causa de tudo que se faz. A felicidade é o bem para o qual todo ser humano tende, o *bem supremo*, a finalidade última que define o homem como homem, o *ser enquanto ser*.

[...] procuremos compreender agora - uma vez que todo o saber e toda a intenção têm um bem por que anseiam -, o que dissemos sobre a perícia política e o que ela visa atingir bem como sobre o qual será o mais extremo dos bens susceptível de ser obtido pela ação humana. Quanto ao nome desse bem, parece haver acordo entre a maioria dos homens. Tanto a maioria como os mais sofisticados dizem ser a felicidade, porque supõem que ser feliz é o mesmo que viver bem e passar bem. (Aristóteles, 2009, p. 20).

A felicidade é, portanto, esse bem mais acabado, o sumo bem, que define o homem na sua essência e, sendo a essência (*ousia*) a realidade primeira e última de um ser, sem a qual não poderia existir, trata-se de algo que lhe confere o substrato que o faz ser o que é. É a

substância que lhe garante, numa perspectiva universal, os atributos necessários para que este seja o que realmente é, “(...) o substrato final, que não é mais predicado de nenhuma outra coisa mais, e tudo que possua uma existência individual e independente” (Aristóteles, 2006, p. 143). A substância é essa permanente busca pela realização plena de uma possibilidade que lhe é inerente. A mudança advém, então, desse movimento de transformação da substância para uma realidade possível, o que implica dizer que a felicidade é uma realidade possível porque é da essência humana a possibilidade de ser feliz.

Para a demonstração desses conceitos, Aristóteles (2006, p. 49) apresenta a ideia de *causas primeiras* que explicam o que é a essência e o motivo de sua existência. Nessa perspectiva, o sentido de causa transcende a ideia de geração de um fenômeno (o porquê de alguma coisa), mas se refere, sobretudo, ao princípio (*arkhé*), àquilo que faz a coisa ser o que é, mesmo em sua mudança. Assim, existem quatro causas que definem o ser enquanto ser: a *causa material* que se refere à matéria da qual a coisa é feita; a *causa formal* que explica a forma que uma essência possui; a *causa eficiente* que define como uma matéria recebeu a forma para a constituição de sua essência e, por fim, a *causa final* que diz respeito à finalidade do ser, a sua razão de existir.

Além do conceito de *causas primeiras*, Aristóteles também considera a possibilidade de transformação, de mudança, inerente ao ser. Na ideia de composição, os seres possuem a *potência* de mudar, a partir de sua *matéria-prima*, para a condição de *ato*. Ou seja, todo ser, posto que imperfeito, possui a possibilidade (*potência*) de se transformar em algo perfeito (*ato*). Assim, *potência* se refere ao que está contido na matéria-prima e que poderá vir a existir, caso seja atualizado por alguma causa. É a possibilidade de mudança contida no ser. Por sua vez, o *ato* é a forma atualizada da matéria, a plena realização de uma *potência*, o ser na sua forma perfeita.

No caso do homem, o corpo (*soma*) é a matéria-prima (a *potência*), e a alma (*psykhé*) é a forma substancial, o ato, a perfeição, a substância que o faz ser essencialmente humano. A alma, por sua vez, é composta de três partes diferentes: a vegetativa, a sensitiva e a intelectiva. “Uma das dimensões da alma é incapacitante de razão, enquanto a outra é capacitante de razão” (Aristóteles, 2009, p. 37). A parte vegetativa é comum a todos os seres biológicos (vegetais e animais) e diz respeito à operação do organismo vivo, sendo responsável pelas funções relativas à nutrição, crescimento e a reprodução. A alma sensitiva, por sua vez, é aquela que se refere aos sentidos, às sensações, aos desejos e movimentos e,

por isso, é comum entre os animais, incluindo o homem. Já a parte intelectual é responsável pela racionalidade da alma o que a caracteriza como essencialmente humana. Contudo, a existência da parte racional não significa que o homem esteja imune aos ditames característicos das duas primeiras dimensões da alma (vegetativa e sensitiva), que perfazem a parte irracional (*alogon*), instituindo assim uma relação tensa na natureza humana diante da possibilidade e necessidade de decisões que lhes são inerentes.

A dimensão racional da alma é a que permite ao homem a possibilidade de uma proximidade maior com deus, afirmando a felicidade como *theoría* e *sophia*, contemplação e saber. “Por sermos capazes de razão que podemos ser chamados corretamente para as melhores possibilidades de todas” (Aristóteles, 2009, p. 38). Como o homem é o único ser que possui alma dotada de razão, traz consigo o desafio permanente de controlar, dominar, conformar a parte irracional da alma e educar as suas afecções (*pathé*), seus instintos, desejos, paixões e apetites, de modo a tomar o caminho indicado pela razão, o seu sentido orientador (*orthòs lógos*). O homem justo é aquele cuja alma racional se sobrepõe às duas outras, de modo a impor à concupiscente a virtude da temperança e à irascível, a virtude da coragem. O seu domínio racional é superior à tirania das paixões, do desejo e da cólera.

A razão torna-se decisiva para a felicidade, uma vez que é por meio dela que o homem realiza as atividades autênticas de acordo com a excelência ética, enquanto as atividades submetidas às dimensões irracionais da alma o levam à infelicidade, pois não são ações, pensadas, avaliadas, fundadas na reflexão e na sua capacidade de discernimento e deliberação.

A felicidade se constitui a partir da ação reflexiva. Deve ser compreendida como um bem excelente, capaz de satisfazer plenamente os desejos e necessidades do homem, um fim mais elevado que somente pode ser alcançado pelas virtudes éticas e políticas por meio da *práxis*, que se constitui na reflexão e ação como atividade efetiva e concreta e que, portanto, não está restrita ao conhecimento, “porquanto o objetivo final desta investigação não é constituir um saber teórico, mas agir” (Aristóteles, 2009, p. 19).

Para fundamentar essa discussão relativa à *práxis*, Aristóteles parte do princípio de que a totalidade dos conhecimentos humanos abrangem dois tipos de saberes: os teóricos (*theoretikós*) e os práticos (*práxis* e técnica) (Aristóteles, 2006, p. 170). Os saberes teóricos se referem ao conhecimento dos entes que existem e agem sem a interferência humana, pois

não dependem da intervenção do homem para existir e agir. A física, a biologia, a psicologia (*psykhé*), as ciências matemáticas e a metafísica (filosofia primeira) são denominadas *teoréticas*, pois se ocupam das questões relativas aos princípios universais e necessários dos seres da natureza (*phýsis*), bem como as suas causas, efeitos e consequências. As ciências teoréticas se referem aos saberes contemplativos e estão relacionados ao sentido de observar, pensar, examinar com inteligência (*theoreín*). Para Aristóteles, “as ciências especulativas [*teoréticas*], portanto, devem ser preferidas em relação às demais ciências” (Aristóteles, 2006, p. 171).

Os saberes práticos, por sua vez, se referem ao conhecimento sobre o que existe em consequência da ação humana. São entes que dependem diretamente da ação do homem para existirem como tal. E, de acordo com a prática – que pode ser dividida em *práxis* e técnica – o saber surge como forma de conhecimento intrínseco à ação humana. Aristóteles distingue a *práxis* da técnica, pois são práticas que se diferem pelo modo como concebem a relação entre o agente, a ação e a finalidade do agir. Na *práxis* não há separação entre o agente que pratica, a ação desse agente e a finalidade do agir. Tratam-se de dimensões diferentes, mas indissociáveis. Com efeito, o ser humano é aquilo que faz, tendo sempre um bem como fim. A ética e a política, portanto, são ciências teóricas da *práxis*, pois são dependentes da vontade racional do agente e das condições concretas em que a ação ocorre. Na técnica, ao contrário da *práxis*, há uma separação ontológica entre o agente, a ação e a finalidade do agir. A finalidade da técnica é independente do agente que pratica a ação, que por sua vez, também é separada da finalidade a que se destina.

Toda prática revela a existência de um fim a ser realizado por meio da ação. Para Aristóteles toda arte e toda investigação, “do mesmo modo todo procedimento prático e toda a decisão, parecem lançar-se para um certo bem” (Aristóteles, 2009, p. 17). Em toda arte pode-se identificar os fins para qual tende. “Assim é, por exemplo, o caso da saúde relativamente à medicina, da embarcação relativamente à construção naval, da vitória relativamente à estratégia militar, da riqueza relativamente à economia” (Aristóteles, 2009, p. 17). O bem seria, assim, o fim excelente de toda ação.

Com esses fundamentos, Aristóteles distingue também dois tipos de fins: aqueles em que o homem age para alcançar *fins práticos* e, outros, em que a ação produz *fins poiéticos*. Para o filósofo, “uns são, por um lado, as atividades puras; outros, por outro lado, certos produtos que delas resultam para além delas: o produto do seu trabalho” (Aristóteles, 2009,

p. 17). Os *fins práticos* não estão subordinados a nenhum outro, enquanto os *fins poiéticos* são produzidos de maneira subordinada às necessidades de outros fins. A possibilidade da *práxis*, como atividade de reflexão e ação, de criação humana, deve-se à finalidade a que se destina. Com efeito, não seria possível imaginar a “produção” da felicidade, pois não se trata de um produto a ser usado, numa perspectiva utilitarista e funcional. Não se produz a felicidade, posto que seja um fim a ser alcançado por meio das atividades virtuosas do agente humano. Para Aristóteles o que constitui a realização plena do homem é a sua ação virtuosa como atividade racional excelente fundada na *práxis*, “uma atividade da alma conformada por uma excelência, e se houver muitas excelências, será conformada pela melhor e mais completa” (Aristóteles, 2009, p. 28).

Haverá, pois, uma excelência mais completa, um bem supremo (Aristóteles, 2009, p. 18), definido e alcançado em um contexto prático e político, pois a ética consiste, como ciência política, em determinar a excelência humana. O bem prático em Aristóteles é relativo ao modo de viver do homem, à sua conduta e suas ações e, por isso, não se refere exclusivamente à dimensão contemplativa. É a ciência política que “determina quais são as ciências necessárias” à *pólis* “e quais são aquelas que cada classe de cidadãos deve aprender, e até que ponto” (Aristóteles, 2009, p. 18).

Esse bem supremo possível de ser alcançado pelas ações e pelas escolhas do homem se refere rigorosamente às ações belas e justas, investigadas pela ciência política, cujo fim é atingir “o mais extremo dos bens susceptível de ser obtido pela ação humana” (Aristóteles, 2009, p. 20). Para Aristóteles, como já dissemos anteriormente, esse bem supremo é a felicidade (*eudaimonia*), porque “ser feliz é o mesmo que viver bem e passar bem” (Aristóteles, 2009, p. 20). O fim supremo, o bem humano excelente, se constitui pelas ações justas e belas e, dessa forma, se define por meio da conduta ética e pela participação política dos homens vivendo da *pólis*. Sendo a felicidade o fim mais completo de todos os fins, todos os outros são escolhidos em função deste bem autossuficiente. Para se realizarem como completude e autossuficiência, todas as ações humanas devem ter em vista a felicidade.

A excelência como bem humano a ser perseguido diz respeito ao bem gerado pela arte política, essencialmente prática, cujo fim é a excelência mais acabada, “a saber, fazer os cidadãos tais que se tornem excelentes e capazes de ações admiráveis” (Aristóteles, 2009, p. 32).

É inconcebível a felicidade sem o gesto da ação virtuosa. Não há felicidade sem virtude. Os cidadãos virtuosos são os agentes das formas de viver excelentes, das coisas belas e boas. Esse é o sentido de ser feliz, uma atividade de acordo com uma excelência completa, uma virtude mais acabada (Aristóteles, 2009, p. 5). Por isso, não há como conceber a felicidade sem a vinculação com o conceito de virtude e excelência (*areté*).

O homem virtuoso, ético e justo não é um *a priori*, um dado pronto e acabado, mas uma realidade potencialmente possível que necessita ser pensada para ser realizada. Uma realidade que se faz na ação para a superação da realidade existente, por meio de suas escolhas e decisões sempre guiadas pelo princípio orientador (*orthòs lógos*). Não sendo uma realidade dada ou um produto do livre curso da natureza, dos desejos, das paixões e dos interesses, o homem virtuoso é um ser formado pela participação na *pólis* excelente.

A virtude consiste em conhecer o bem e praticar condutas definidas pela vontade guiada pela razão, controlando os instintos e os impulsos irracionais próprios da natureza inerente a todos os animais, inclusive o homem. A conduta ética se caracteriza pela ação do agente que sabe o que é possível realizar no sentido de alcançar o que é desejável para o bem comum. Ao reconhecer o que é possível ao seu poder de decisão, o homem virtuoso não se deixa levar pelas circunstâncias, pelo acaso, pela sorte, pelos instintos, pela vontade dos outros, e também não se deixa submeter às paixões, sendo fiel à sua consciência, à sua vontade guiada pela razão, reafirmando a sua independência e sua autonomia em busca da essência da vida ética, do bem e da felicidade.

Não sendo um dado pronto, o homem somente poderá se concluir por meio de seu modo de viver e por suas ações. Trata-se de uma autoconstrução que é somente possível pela interação e convivência com outros homens com quem age em meio ao movimento de formação ética e política. Vivendo na *pólis*, em face à oportunidade de se formar cidadão, é que o homem se depara com a possibilidade de agir e se fazer virtuoso ou perverso, a ter virtudes ou vícios. Não há *bem* sem ação, pois o que existe de bom e de mau decorre das escolhas, das decisões e das ações do ser humano. “Uns conseguem tornar-se temperados e gentis, outros, porém, tornam-se devassos e irascíveis. Resulta, então, destas considerações que é a respeito das mesmas situações, que se definem comportamentos contrários, ou seja, que é possível portarmo-nos de modos diferentes” (Aristóteles, 2009, p. 41).

É na *pólis* que se dá o movimento de atualização da natureza humana. Compreender esse movimento implica na necessidade de conhecer a natureza do homem que a constitui.

Somente na *pólis* o homem pode ir além da sua condição de ser incompleto e lançar-se à busca de sua autorrealização, pois somente na vida em comunidade há a possibilidade de formação e conquista da virtude. O ser do homem virtuoso não é determinado por sua dimensão meramente biológica, nem está circunscrito aos ditames da hereditariedade. A virtude se faz pelo agir no caminho bem comum. “Ao agir-se em transação com outrem, tornamo-nos justos ou injustos. É também ao agir em face de situações terríveis, que sentimos sempre medo ou conseguimos ganhar confiança, isto é, que podemos ficar cobardes ou tornamo-nos corajosos” (Aristóteles, 2009, p. 41).

A ciência política enquanto ciência prática que legisla as normas, os valores, os hábitos, as leis (*nomos*) e as ações a serem praticadas na cidade, cuida para que se estabeleçam como belas e justas. A busca da realização do bem mais elevado se constitui, assim, na ação a ser promovida para a criação do caráter ético nos cidadãos, formando suas atitudes para que se tornem praticantes da justiça, da igualdade e da liberdade. A cidade forma os cidadãos que formam a cidade.

A ação na vida em comunidade, desde o seu início, constitui o agente ético necessário à perpetuação da *pólis*. A aquisição das virtudes éticas decorre de uma habituação experienciada na prática política. “As excelências, então, não se geram em nós por natureza, nem contra a natureza, mas por sermos constituídos de tal modo que podemos, através de um processo de habituação, acolhê-las e aperfeiçoá-las (Aristóteles, 2009, p. 40).

A atividade que constitui a vida virtuosa decorre da relação entre os cidadãos que, juntos, visam o que é melhor para a vida em comunidade. A questão ética se relaciona assim com a dimensão política, posto que a *pólis* se torna condição essencial para a realização da vida feliz. Sendo a felicidade uma atividade da alma conforme a virtude, somente na vida política essa atividade pode ser plenamente desenvolvida, permitindo ao homem a autorrealização de maneira completa. Assim, como toda arte e toda ciência visam um certo bem (Aristóteles, 2009, p. 18), a arte e a ação política têm como fim o bem mais excelente, o *ariston aghaton*. Isso implica dizer que a *pólis* não é apenas um lugar, um recinto cercado de muros, um espaço burocrático, um Estado, mas uma comunidade política formada por cidadãos na busca e na realização da vida boa (*eû zên*). “Todos aspiram a viver bem e à felicidade” (Aristóteles, 1998, p. 529).

Ética e política são dimensões diferentes, mas essencialmente indissociáveis. A ética ao se voltar para o estudo do bem supremo, busca compreender a essência da natureza humana e o significado de uma vida verdadeiramente feliz. Por seu turno, a política se ocupa dos estudos sobre o bem comum, da vida em comunidade, entendendo que a felicidade da *pólis* é “um bem maior e mais completo” (Aristóteles, 2009, p. 18) do que a do indivíduo, pois não seria possível a existência de indivíduos felizes em uma cidade infeliz.

A conduta do homem virtuoso pressupõe a existência na vida comum, na *koinonia*, uma forma de participação fundada no bem viver para a constituição da liberdade, a promoção da justiça e o alcance da felicidade. Nesse sentido, a política não é um simples fato, mas um valor. A arte política tem como finalidade a *vida boa*, racional, feliz e justa, uma vida que é inerente à condição de homens livres. Tendo como finalidade a vida justa e feliz, a política se volta à realização da dignidade dos homens livres. Para Aristóteles, o bem do indivíduo está subordinado ao bem supremo da *pólis*.

Nesse sentido, o primado do todo se sobrepõe às partes, sendo que há um vínculo entre ética e a política. Isso significa que existe uma relação entre a constituição da *pólis* e a vida dos seus cidadãos, sendo que a cidade é a vida comum, um modo de conviver em comunidade, uma *koinonia*, em busca do bem de todos. Somente homens bons e justos podem instituir uma cidade boa e justa e somente uma cidade virtuosa pode formar homens virtuosos. A *pólis* se constitui, assim, a partir de fundamentos éticos e políticos, na excelência humana e moral (*areté*), na prudência, na justiça, no sentido de igualdade dos seus cidadãos (*isonomia*), nos debates e no direito de se expressar (*isegoria*). O conceito de bem é praticado e adquirido pelo homem mediante a ciência política, que diz respeito “à mais autêntica de todas as ciências e àquela que melhor é capaz de projetar a partir de princípios fundamentais” (Aristóteles, 2009, p. 19).

É a ciência política que organiza de modo excelente as demais atividades, que também possuem excelência própria. O fim da política é “o fim supremo” (Aristóteles, 2009, p. 32), para que os homens se tornem bons e capazes de ações nobres e admiráveis voltadas ao bem da coletividade. A felicidade é justamente essa atividade de excelência plena que se encontra no campo das possibilidades inseridas em um espaço social e político, portanto, no universo da *práxis*. A *eudaimonia* como um bem completo deve ser necessariamente um bem comum, de todos os homens que agem conforme a virtude.

A vida nobre e virtuosa não se limita ao modo de viver do homem individualmente. Como se refere à vida feliz, do bem viver, as ações virtuosas somente passam a ter sentido se forem pensadas como fundamentais para os cidadãos vivendo na *pólis*. A vida na cidade é esse horizonte no qual o cidadão se faz ação, realiza as virtudes éticas como condição para a existência da *vida boa* e a consolidação da felicidade.

Integrado à cidade o homem encontra a possibilidade de tornar-se humano. A cidade é uma comunidade que se institui pelo fato de que homem é sempre carente de viver junto, possui necessidade de conviver para se formar como tal. O fundamento da *pólis* é a necessidade do homem de encontrar outros homens com quem estabelece a amizade necessária para realizar a constituição da cidade e, conseqüentemente, a constituição de si. Na solidão, o homem jamais poderia alcançar a felicidade, pois sozinho não seria capaz de se constituir como ser humano. Isolado, ele se torna um bicho ou um deus (Aristóteles, 1998, p. 55).

É na convivência possibilitada pela amizade (*phília*) inerente à *pólis* que o homem se torna justo, autônomo, livre e feliz, “uma vez que o Humano está destinado, pela sua natureza, a existir em comunhão com outros” (Aristóteles, 2009, p. 26). O conceito de amizade, nesse sentido, possui uma dimensão ontológica, ou seja, é o que define a comunidade, pois não há homem sem a *pólis*, assim como não há cidade sem *phília*.

A natureza carente e incompleta do homem está essencialmente relacionada à ética. Essa carência do outro para formar-se humano é que possibilita o encontro que se constitui na ação para a afirmação do movimento de construção do bem viver. Contudo, a condição humana não se esgota no encontro possibilitado pela vida social, pois vida em comunidade transcende o simples viver. A vida na *pólis* é a busca do viver bem, da *vida boa*, da plena realização na sua possibilidade última. O sentido de felicidade somente existe a partir da realização mais bem acabada do homem virtuoso em uma cidade virtuosa, em que os interesses coletivos sempre estão acima dos interesses privados. Viver junto não basta ao homem, mas viver feliz: esse é o sentido e o bem supremo da vida. “A felicidade parece, por conseguinte, ser de uma completude plena e autossuficiente, sendo o fim último de todas as ações possíveis” (Aristóteles, 2009, p. 26).

A cidade é essa participação de diversas pessoas que se unem para viver a vida em comum, constituindo uma unidade, embora seja e se reconheça plural, por isso, é capaz de

se bastar a si mesma e de obter tudo o que for necessário para a sua existência. Na *pólis*, o debate (*agón*) é condição para a relação dos iguais, unindo no conflito de ideias os cidadãos na mesma amizade (*phília*).

Para Aristóteles, a amizade é “uma certa excelência, ou algo de estreitamente ligado à excelência; além disso, é do que mais necessário há para a vida” (Aristóteles, 2009, p. 174). É por meio da *phília* que se garante a unidade social e política necessária entre os cidadãos da *pólis*. “Por isso que os legisladores se preocupam mais com ela do que com a própria justiça[...]. Se entre os amigos não é necessária a justiça, entre os justos é necessária a amizade” (Aristóteles, 2009, p. 175). A política não é, portanto, a expressão de um poder ou de um “Estado”, mas a expressão da *koinonia*, da forma de viver cidadã, da experiência de viver-com, de se sentir parte e de pertencer a uma mesma *pólis*. Trata-se de uma destinação histórica constituída na participação dos seus cidadãos. A cidadania e a formação do homem virtuoso decorrem do viver em comunidade, do cuidar e guardar essa destinação histórica que constitui a *vida boa*.

A vida cidadã é uma vida de ação. Ao participar da vida da *pólis*, os homens discursam, discorrem, argumentam, concordam, discordam, confluem e conflituam uns com os outros, firmando os modos de conviver na *phília*. Na convivência e, por meio dela, que os homens escolhem e decidem os rumos da unidade na pluralidade. A política se constitui, como na ética, nesse modo de ser e de viver em busca do bem supremo, descobrindo possibilidades na ação permanente dos homens que se querem excelentes para a constituição de uma vida coletiva também excelente. Trata-se da luta de homens e de um povo (de todos e de cada um) pelo alcance e preservação da liberdade e da felicidade, fundada na justiça e na igualdade. Não há felicidade sem o sentido de amizade, de compreensão do outro nos seus anseios e necessidades.

É por isso que viver bem coincide com o sentido de felicidade, pois incorpora a definição da vida na cidade. A *pólis* somente se define como *pólis* se for feliz. Os bens éticos se relacionam diretamente com o conceito de felicidade, pois também dependem essencialmente da vida em comunidade. Somente a vida em comunidade impõe o desafio ao homem de se voltar à possibilidade de ser virtuoso. A felicidade é desde sempre essa dependência inevitável do homem de se relacionar com outro em nome da *phília* constituinte da *pólis*. Não há felicidade sem amizade. “A amizade é o maior dos bens para as cidades” (Aristóteles, 1998, p. 113)

A prática das virtudes se insere no contexto dos modos de viver, pelo conviver, pela participação, pela amizade e pela vida comum. São modos de sociabilidade que possibilitam a efetivação da vida feliz como cidadão. Embora existam outras formas menores e menos importantes de comunidade, como, por exemplo, a família e a aldeia, somente a *pólis* busca o fim mais elevado, o bem mais excelente e completo. Enquanto as outras formas de comunidade visam um tipo de bem, somente a *pólis* busca a felicidade como bem supremo. Desse modo, a vida política se define a partir de um *télos* que nenhuma outra forma de comunidade consegue vislumbrar. A família e a aldeia são formadas de acordo com a natureza para satisfazerem as necessidades quotidianas e diárias, respectivamente, enquanto que “a cidade subsiste para assegurar a vida boa” (Aristóteles, 1998, p. 53).

Desse modo, a especificidade da *pólis* está essencialmente no fim a que se destina. É por esse *télos* mais elevado que Aristóteles a define como a forma de comunidade mais completa, não tendo nenhuma outra que possa se lhe comparar, nem a família e nem a aldeia, cujos fins visam tão somente às necessidades básicas para a sobrevivência humana. O bem, supremo visado pela *pólis* se situa no horizonte das ações humanas. Trata-se de um bem que se faz no seio da comunidade política formada por cidadãos que participam juntos de uma vida pública fundada na liberdade e na igualdade.

Sendo assim, o cidadão grego é o homem virtuoso da *pólis* e, portanto, age conforme a virtude da justiça, levando em conta a felicidade e o bem comum da comunidade política. O justo, então, é aquele que “produz e salvaguarda a felicidade bem como as suas partes componentes para si e para toda a comunidade” (Aristóteles, 2009, p. 105). Para Aristóteles não há felicidade sem justiça, pois “a justiça concentra em si toda a excelência” (Aristóteles, 2009, p. 105). Com efeito, o conceito de *eudaimonia* somente faz sentido se for pensado como vida justa. Ora, o homem sendo um ser vivo político somente poderá exercer suas virtudes na relação que estabelece com seus pares no contexto social fundamentado na justiça. O homem feliz é aquele que escolhe um bem virtuoso não somente para si, mas um bem que sirva para a plena realização da *vida boa*, um bem justo e de caráter comunitário. A *pólis* é o conjunto dos seus cidadãos e, portanto, não poderá existir *pólis* justa sem cidadãos também justos. “A coragem, a justiça e a prudência da cidade têm a mesma capacidade e a mesma forma das virtudes que fazem com que o homem que delas participa seja chamado justo, prudente, moderado” (Aristóteles, 1998, p. 483). A cidade excelente torna possível a

felicidade pela via criativa da razão e da justiça em nome da felicidade de todos, pois somente faz sentido se corresponder à ideia de cidade feliz (*pólis eudaimon*).

Existindo primeiramente o todo e submetida a ele, cada parte tem a sua importância específica para que haja a ação virtuosa na sua completude. A atividade da alma virtuosa no seu todo torna-se fundamental para a vida do cidadão na *pólis* e para a realização da *vida boa*. Compreendê-la, defini-la e agir conforme as suas determinações consiste no que há de mais necessário para todo ser ético e político.

O primado do todo sobre as partes faz com que a felicidade se conceba e se concretize no contexto das relações sociais e políticas, inserindo-se na *pólis*, uma comunidade política concreta e, portanto, não abstrata e não idealizada. Se afirma, sobretudo, na vida ético-política. Embora seja uma certa contemplação (*theoría*), a *eudaimonia* somente poderá ser compreendida como atividade contemplativa inserida no contexto social e político. “Seja a melhor parte do humano[...], a atividade desta dimensão será de acordo com a excelência que lhe pertence. Tal será a felicidade na sua completude máxima. Uma tal atividade é, como dissemos, contemplativa” (Aristóteles, 2009, p. 234).

A contemplação não é uma atividade sem contexto, sem mundo. Ela existe inserida no mundo da atividade política, das ações virtuosas e socialmente situadas. Contemplação e política são assim dimensões de uma mesma vida plena de felicidade. O conceito de *eudaimonia* se vincula à ideia de primazia do todo, sendo a contemplação e as ações políticas partes que a constituem. O homem é um animal político e racional, o que faz com que a felicidade se defina como vida política e contemplativa.

Assim, a contemplação também é uma atividade intrínseca à *eudaimonia*. Sem a teoria a felicidade não seria possível. Contudo, não é uma atividade circunscrita ao mundo das ideias, uma vez que, para Aristóteles, o modo de vida feliz não está separado da participação política e social. A *eudaimonia* aristotélica se constitui como um bem excelente, autossuficiente e perfeito, situado no mundo da *pólis*, na sociedade, na vida comunitária. Com efeito, ela não pode jamais se realizar como um bem de um ser contemplativo solitário.

A contemplação é assim uma atividade constitutiva da felicidade, mas não é a única. Na perspectiva aristotélica, o que é “decisivo para a felicidade são as atividades autênticas realizadas de acordo com a excelência ética (Aristóteles, 2009, p. 33). Ou seja, são as atividades virtuosas que se constituem como essenciais para a realização da vida feliz, pois são elas que implicam o exercício da razão humana. A felicidade é assim uma atividade da

alma humana conforme a excelência (Aristóteles, 2009, p. 31-32), porquanto a virtude é o elemento essencial para a constituição da *eudaimonia*.

Aristóteles não desconsidera, porém, a importância e o significado da dimensão contemplativa para a constituição da felicidade, muito pelo contrário. Como já foi dito anteriormente, sem a teoria não é possível ser feliz. A contemplação é uma atividade necessária na medida em que se consubstancia como parte do movimento de formação do homem educado (*peupaideumos*), sábio, racional e virtuoso. Pela contemplação, pelo pensar, o homem pode elevar-se para ver com mais rigor a realidade que o cerca. Assim, a atividade contemplativa também consiste na atividade conforme a virtude, em concordância com a mais elevada excelência e, portanto, não pode estar desvinculada da ação e da capacidade racional de escolha e decisão. A felicidade é, assim, um todo: teoria e prática, indissociavelmente.

A contemplação e as virtudes ético-políticas implicam-se e tornam-se atividades indissociáveis e igualmente necessárias à constituição da felicidade. As virtudes éticas e intelectuais são essenciais para a formação do homem excelente, posto que seja um ser integral e holístico que incorpora tanto a dimensão contemplativa quanto a ação prática no movimento de escolha fundamentada no equilíbrio e na moderação. A felicidade é uma totalidade, pois, para Aristóteles, a “produção da boa cidadania terá de ter em vista a alma humana no seu todo” (Aristóteles, 2009, p. 37).

A vida contemplativa é necessária ao homem, pois é o que o torna mais próximo da divindade. “O poder de compreender é divino no âmbito do horizonte Humano, também a existência vivida segundo o poder de compreensão é divina no âmbito da existência humana” (Aristóteles, 2009, p. 236). O intelecto (*nous*) é parte constituinte da natureza humana, uma forma de vida intrínseca à dimensão da alma humana dotada de razão, que implica tanto a dimensão teórica como a prática. O homem é esse ser com um modo de viver prático e racional.

A razão é o elemento divino que há no homem, posto que a contemplação como razão divina é pertencente à natureza humana. Pode ser compreendida como uma atividade teórica e prática, ambas constitutivas da capacidade intelectual do ser humano. Nesse caso, o intelecto (*nous*) cultivado como atividade pela razão representa a possibilidade de constituição do homem feliz em proximidade com deus. Assim,

aquele que exerce a atividade do poder de compreensão, cuida dela e a mantém na melhor condição possível parece ser o mais amado pelos deuses. [...] Porque estes se preocupam com aquelas coisas que são queridas aos deuses e praticam ações de modo correto e nobre. (Aristóteles, 2009, p. 240).

O homem sábio e educado é o ser virtuoso, comedido, justo e “será quem existe de um modo extremamente feliz” (Aristóteles, 2009, p. 240). Aristóteles insiste em enfatizar que “a felicidade é o fim da natureza humana” (Aristóteles, 2009, p. 232) e, por isso, não é uma simples “disposição” (Aristóteles, 2009, p. 233), mas uma atividade prática e teórica, escolhida segundo si própria enquanto fim e, por conseguinte, firmada na capacidade racional de avaliação, escolha e ação do homem sério e moderado.

A *eudaimonia* aristotélica é um conceito que se refere a uma atividade prática e teórica que envolve a capacidade humana de refletir, avaliar, escolher, decidir e agir, que tem como finalidade última o alcance da vida excelente. Por isso, transcende a concepção geral recorrente que associa a ideia de felicidade a um estado emotivo efêmero, uma alegria fugaz.

As escolhas, as decisões e as ações dos homens virtuosos permitem à cidade tomar o curso da excelência moral, da justiça, do equilíbrio, da ética e da felicidade. Do mesmo modo, as escolhas que não se guiam pelo sentido orientador, da racionalidade, levam a sociedade a trilhar o caminho da injustiça, do vício e da infelicidade. É pela busca das formas excelentes de viver por parte de seus cidadãos que a cidade feliz se constitui como tal. Não há felicidade sem a existência de homens que agem com responsabilidade diante da coisa pública, da vida coletiva, por meio do cultivo de práticas excelentes e virtuosas. A felicidade se faz na busca incessante da afirmação do bem coletivo que deve sempre estar acima dos interesses das partes.

Ao seguir as leis necessárias e universais da natureza, o curso da realidade em alguns casos não depende da capacidade do homem em escolher e deliberar, pois acontece necessariamente conforme determinação das leis naturais que a regem. O homem somente delibera e decide sobre o que é possível, sobre o que pode ser (ou deixar de ser) a partir da ação humana, uma vez que depende da vontade guiada pela razão, este elemento essencial para a busca da vida ética. “Cada um de nós delibera sobre as ações que podem ser praticadas por si” (Aristóteles, 2009, p. 63). Nesse movimento de avaliação, de escolha e deliberação, a prudência é uma virtude que se consubstancia como uma condição de todas as outras virtudes.

O homem moderado ou prudente é aquele que, nas diversas e diferentes situações, possui a capacidade de avaliar, julgar, discernir, deliberar e escolher qual a melhor ação ou atitude para a realização da finalidade ética. “O princípio da ação é a decisão” (Aristóteles, 2009, p. 130). Entre as várias alternativas possíveis que se lhe apresentam, o prudente escolhe aquela mais adequada à sua condição de agente virtuoso em busca do que é bom para a sua vida e a dos outros.

Sendo o homem um ser racional e agindo conforme a *reta razão* para atender os interesses da vida em comum, faz com que o mundo se torne o abrigo seguro, a morada humana, o *éthos*, o modo de ser e de viver para a constituição do bem comum. Há, mais uma vez aqui, a defesa do primado do todo sobre as partes, posto que a vida coletiva e o bem comum do viver em sociedade é que devem primeiramente prevalecer.

Na escolha, na decisão e na ação há um pensar inerente à capacidade de se voltar ao bem universal contido na particularidade de cada ação em seu contexto específico. Trata-se de um tipo de excelência: o bem deliberar, de maneira equilibrada, guiada pela *reta razão*, pela ponderação e pela capacidade de discernimento. É um pensar e um avaliar constantes da ação e das implicações da decisão, de modo a garantir aquela que é a melhor para si e para todos, sem extremismos ou vazão dos desejos efêmeros. Os extremos são expressões equivocadas dos modos de viver.

Sobre as concepções muitas vezes equivocadas que se têm sobre a felicidade, Aristóteles afirma que:

[...] a maioria não compreende o seu sentido do mesmo modo que compreendem os sábios. Para uns é alguma coisa daquelas coisas óbvias e manifestamente boas, como o prazer, a riqueza ou a honra; para uns é uma coisa, para outros, outra - muitas vezes até para o mesmo podem ser coisas diferentes. Para quem está doente é a saúde, para quem é pobre, a riqueza. Tendo consciência da sua própria ignorância, muitos dizem ser qualquer coisa de monta, muito acima de suas capacidades, e que eles admiram. Alguns pensam ainda ser algo de bom em si próprio que vai além das muitas coisas boas, mas que é o fundamento responsável pela presença da bondade em todas elas (Aristóteles, 2009, p. 20).

Aristóteles critica de maneira contundente todos aqueles que visam o prazer pela riqueza imoderada, excessiva. Para o filósofo

Os que visam a vida feliz procuram o que dá prazer ao corpo: e como os prazeres corporais parecem depender dos bens possuídos, centram toda a actividade em adquirir bens. [...] Ao perseguir o prazer em excesso, procuram também o que lhes pode proporcionar tal prazer. Se não podem alcançá-lo por meio da crematística, tentam fazê-lo por outros meios, usando todas as suas faculdades de uma maneira contrária à natureza. [...] alguns transformam isto tudo numa questão de dinheiro,

como se o dinheiro fosse o fim de tudo e tudo tivesse que se orientar para tal fim (Aristóteles, 1998, p. 83).

Os bens externos, como o dinheiro, não são essenciais à felicidade, mas simplesmente acessórios, pois se tratam daquilo que dependem mais de fatores circunstanciais do que das atividades humanas propriamente ditas. O fim para qual tende toda atividade do indivíduo não é a riqueza ou a honra. O *télos* mais excelente, mais acabado, o bem supremo da ética de Aristóteles se torna *práxis* da alma quando inserida no horizonte político. É pela *práxis* virtuosa dos cidadãos vivendo na *pólis* e exercendo a *philía* que o sentido de felicidade transcende o individual e assume uma dimensão social e política. O descomedimento, a riqueza, a ostentação tornam-se um risco para a *pólis*, posto que comprometem o justo equilíbrio, a unidade que a constitui, a *philía*. “A riqueza, *ta chrémata*, torna-se no homem loucura, *aphrosyne*” (Vernant, 2002, p. 89). A *eudaimonia* não pode ser tratada ou considerada uma brincadeira, exposta e submetida aos prazeres de uma vida desregrada. A felicidade é o fim último e, como tal, “podemos escolher tudo como meio para um fim, exceto a felicidade” (Aristóteles, 2009, p. 234).

Nos casos em que o homem não corrobora a sua condição de ser racional, autônomo e livre, a existência se deixa levar por uma vida descomedida, constituída por interesses sem o compromisso necessário com a vida em comum. O homem que se deixa dominar pelos desejos imediatos, pela riqueza, pelo prazer fortuito e pelo poder, faz do mundo uma morada indigna do humano, no qual impera o jogo de interesses e privilégios de poucos em detrimento do direito de todos.

Assim, o homem somente se torna humano verdadeiramente quando age conforme sua alma racional, posto que os modos de ser da razão se conformam pelo sentido orientador, integrando os desejos, sentimentos e ações do homem ponderado, comedido, zeloso. O fim do homem bom é realizar as ações virtuosas de forma completa e excelente, de maneira equilibrada, evitando tanto o excesso como a falta para se chegar “onde está o meio para o poder escolher” (Aristóteles, 2009, p. 48). A unidade entre agir excelente e racionalmente visando a mediania se constitui no fundamento da *eudaimonia* aristotélica. Um *meio termo* procurado, mas que não se torna absoluto, posto que é uma *posição intermédia* relativa a cada homem em seu contexto social e político. A felicidade é, assim, uma obra humana a ser realizada pela virtude e com o mesmo princípio: o equilíbrio.

Essas ações para se constituírem como verdadeiramente virtuosas devem ser acompanhadas pelo *lógos*, pois não se separa ação e atividade racional. O homem se realiza como ser humano guiado pela razão, atualiza as virtudes, pondo-as em ato. As virtudes éticas são as que possibilitam ao homem se realizar a si mesmo, agindo excelentemente e visando a disposição mediana. A felicidade do homem decorre justamente da sua disposição em agir de modo ponderado, com sensatez e sabedoria. O equilíbrio entre a parte racional e a parte irracional da alma torna-se uma necessidade para que as virtudes éticas e intelectuais possam realizar a excelência humana. Esse equilíbrio se realiza no homem sensato, moderado, que articula ética e razão, tornando ato a completude do homem.

Para Aristóteles, a escolha que visa o meio não é absoluta e, portanto, não é a mesma para todos os homens. “Uma tal medida não é a mesma para todos” (Aristóteles, 2009, p. 48). A excelência está situada no meio definido pelo sentido orientador, conforme o indivíduo e seu contexto específico. Trata-se de uma disposição do caráter que se situa entre duas perversões: o excesso e a falta. Toda falta e todo excesso concernente aos sofrimentos e aos prazeres (*akolasia*) são próprios dos homens devassos e insensíveis, respectivamente. A posição intermédia entre esses extremos consiste na virtude da temperança, da moderação. O homem moderado, portanto, é aquele que se posta com equilíbrio mediante os sofrimentos e os prazeres.

Considerações Finais

A existência ética surge na tensão que constitui o humano. Se fosse simplesmente um animal, o homem seria guiado exclusivamente por seus instintos e afecções e, assim, não existiria para si o desafio da escolha e da decisão, o que implicaria no fato de ser totalmente dispensável qualquer ética. Do mesmo modo, se fosse determinado somente pela razão, o bem não surgiria para ele como um problema ou como um desafio, o que o levaria à condição de deus. A essência do homem está justamente nessa tensão de ter que escolher entre várias possibilidades extremas, se posicionando de modo equilibrado em um contexto social e histórico determinado.

Nessa perspectiva, a felicidade somente cumpre a sua plenitude se for relacionada à ideia de autonomia. O fim para qual todo homem foi criado é a possibilidade da plenitude ética, buscando o bem para toda a coletividade e desprendido de interesses mesquinhos. Também não existe felicidade sem liberdade. Somente o homem como ser livre tem

condições de fazer escolhas e agir em busca da vida no bem, com autonomia e autodomínio. É a vida na cidade, na condição de cidadão autônomo, livre e responsável, que surge a possibilidade do homem elevar-se como ser excelente. O ato ético pressupõe autonomia e liberdade, pois são formas de vida constituintes e constituídas da existência humana em sociedade.

Esse modo de ser e de viver livre e autônomo não é algo dado pela natureza ou pela hereditariedade, assim como “a cidade equilibrada não é obra do acaso mas do conhecimento e da vontade” (Aristóteles, 1998, p. 531). Trata-se de uma formação propiciada pelo modo de viver dos cidadãos. “Uma cidade é equilibrada quando os cidadãos que participam do seu governo também são equilibrados” (Aristóteles, 1998, p. 531). O homem virtuoso é o homem educado *na* e *pela* cidade. Do mesmo modo, a cidade somente se constitui como *pólis* por meio das ações virtuosas de seus cidadãos. A constituição do homem virtuoso e da cidade virtuosa decorre de um movimento prático educativo que se dá tanto pela via da razão quanto da habituação.

A ação virtuosa traz consigo uma dimensão formadora em face da necessidade de avaliação, discernimento e escolha. Pelos atos bons é que o homem se torna belo e bom. Nesse movimento formativo, a ação virtuosa se constitui somente enquanto ação comedida, equilibrada, que não peca nem pelo excesso, nem pela falta. O homem educado, íntegro e justo não somente conhece a definição do que seja o bem excelente, mas, sobretudo, age de forma excelente, fazendo com que seus desejos sejam orientados pela razão. A ética é a prática do agente que se faz humano. A existência ética na *pólis* não se desvincula, portanto, da ação educativa.

A educação grega (*paideía*) se volta à formação do cidadão, do homem sábio, de modo à elevá-lo à *areté*, à perfeição, à excelência ética e política. Para tanto, torna-se necessária a constituição de uma cidade fundada na *philía*, na amizade, na prudência, na igualdade e na autonomia. A *paideía* é o caminho que conduz à elevação da alma à sua condição mais bem acabada, a orientação do homem rumo ao mundo da liberdade, da justiça, da virtude e, por isso, não se distancia do ideal que tende ao bem supremo inerente ao governo da *pólis*. O cidadão educado *na* e *pela pólis* é uma pessoa elevada, digna, nobre de caráter e de princípios.

Comprometida com esse movimento de formação integral do homem, a *paideía* se posiciona contra o descomedimento (*hybris*), os desejos e os instintos, tendo na figura do filósofo o educador capaz de orientar os cidadãos a trilhar os caminhos da razão, do equilíbrio,

da lei justa, da autonomia, da excelência política e ética e, portanto, da felicidade. A *paideia* é o princípio formativo do homem virtuoso, como ser ético e político inserido em uma realidade viva, comunitária e fraterna.

A formação do cidadão da *pólis*, desse homem autônomo, moderado e virtuoso, ocorre de maneira inseparável da busca da vida boa. Um ser que se torna justo praticando a justiça e a igualdade para a plena realização da vida em sociedade e do bem comum. A formação cultural se volta às crianças, jovens e adultos ensinando-os a bem-viver coletivamente por meio da participação na vida pública, de modo que se constitua justa e feliz para todos e não somente para os privilegiados.

A finalidade da educação é a formação de cidadãos livres e excelentes na perspectiva ética. Daí a necessidade de distinguir o ócio (*skholé*) de negócio (*askholía*). Para Aristóteles, o ócio representa a contemplação do ser na sua essência, um saber que não está preso a nenhum interesse, pois é a plena autonomia para o pensar e o agir. Tendo o tempo livre, o homem pode se dedicar à reflexão, ao pensamento e às questões que verdadeiramente interessam à *pólis*. “O ócio parece conter em si mesmo prazer, felicidade e ventura” (Aristóteles, 1998, p. 565).

Por sua vez, o *negócio* é a negação do ócio; uma ação revestida de interesses que reduz o homem a um mero feitor de coisas providas de interesses tacanhos que o distancia da *pólis* e, por isso, o desumaniza, pois “aquele que, por natureza e não por acaso, não tiver cidade, será um decaído ou sobre-humano” (Aristóteles, 1998, p. 53). A educação não deve estar a serviço do útil, da técnica ou do comércio. É, sobretudo, formação cultural plena, cuja finalidade é o mundo das excelências éticas e, portanto, da felicidade.

Com efeito, a constituição do homem e da cidade na plenitude do ser não se volta estritamente ao ser individual, mas, sobretudo, à formação do ser coletivo. Não está presa ao domínio do privado, da economia, do comércio, do negócio. A concepção de educação vivenciada na *pólis* se volta à formação do homem na sua integridade, no âmbito da coisa pública (*res publica*), daquilo que é de todos para o mundo da vida em comum. Preocupa-se sobretudo com a formação política e ética dos cidadãos para que o sentido da cidade prevaleça e se perpetue.

A formação ética e política é o que constitui a vida verdadeiramente feliz. Portanto, o sentido da educação se vincula essencialmente ao sentido de *eudaimonia*. Se refere à

realização de um horizonte próprio da existência humana ao promover os valores e práticas necessários para a constituição da sociedade justa, virtuosa, excelente. A educação como ação virtuosa é sempre criadora de novas possibilidades. Assim, a felicidade como possibilidade humana – o bem maior para qual toda ação tende – tem na educação uma de suas mais nobres causas, pois é a atividade responsável pelo movimento (de potência a ato) que consolida o homem na sua essência. Sem educação não há felicidade.

Referências

- ARISTÓTELES. **Política**. Ed. Bilíngue grego-português. Tradução e notas Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega, 1998.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Edson Bini. Bauru, SP, Edipro, 2006.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução e notas Antônio Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.
- PLATÃO. **A República**. Tradução de Benedito Nunes, Belém, PA: Universitária – UFPA, 2000.
- VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro, 2002.

Sobre os autores

Cláudio Pires Viana

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal de Goiás. É Professor Efetivo da Universidade Estadual de Goiás (UEG), professor da Rede Municipal de Educação de Goiânia e membro do Grupo de Estudos em Filosofia e Educação (GEFE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Possui experiência na área de Educação, com ênfase na Educação Fundamental e Ensino Superior, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, sociedade, política, cultura, Filosofia da Educação, Fenomenologia. E-mail: claudio.viana@ueg.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2936-5244>

Cristian Andrey Pinto Lima

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Goiás (UEG)/Unidade Universitária de Inhumas. Graduado em Matemática pela Universidade Federal do Pará - UFPA/Campus Capanema (2021). Ouvinte no Grupo de Pesquisa em Educação em Ciências, Matemáticas e Inclusão (Ruaké/UFPA); membro do GT 13 (Diferença, Inclusão e Educação Matemática) da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), membro da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e membro associado da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM). Email: cristianandrey.edu@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5711-4584>.

Recebido em: 08/11/2025

Aceito para publicação em: 28/11/2025